

Aposentadoria será só por tempo de serviço e sem idade máxima

BRASÍLIA — O anteprojeto de Constituição que está sendo elaborado não deverá estabelecer limite de idade máxima para o funcionário público se aposentar. A aposentadoria será sempre por tempo de serviço, 35 anos para homens e mulheres. No entanto, para o homem, a idade mínima para a aposentadoria deverá ser 55 anos, enquanto a mulher se aposentará após 35 anos de trabalho, independentemente da idade.

A decisão foi tomada ontem, quando a cúpula da Comissão de Sistematização fechou o capítulo referente à seguridade, numa reunião com a presença do ministro da Saúde, Roberto Santos. Segundo o Relator da Comissão do Sistema Tributário, José Serra (PMDB-SP), a decisão faz parte apenas do texto inicial, que poderá sofrer alterações mais adiante.

A folha de salário não será a base exclusiva da seguridade social; foram mantidos os descontos para o salário-educação e para o Sesi, Sesc, Senai e Senac, e ficou acertada também a criação de um orçamento social. Segundo Serra, os recursos para a seguridade social virão do orçamento e de contribuições sociais a serem fixadas em lei. A contribuição incidente sobre o imposto de renda agrícola e o adicional sobre os prêmios dos seguros privados não financiarão a seguridade social.

O Senador Fernando Henrique Cardoso disse que a questão da seguridade deu mais trabalho porque era necessário definir de onde sairiam as verbas para educação, saúde e previdência.



Serra expõe seus argumentos na reunião com Roberto Santos (à esquerda)

Supremo examina a imunidade e a inviolabilidade para os constituintes

BRASÍLIA — O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá examinar em uma de suas próximas sessões plenárias o artigo 1 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte que garante a inviolabilidade e imunidade processual dos constituintes.

Caberá ao STF decidir se vale o dispositivo da atual Constitui-

ção, que dispensa o pedido de licença do Congresso para o prosseguimento do processo, ou se o dispositivo do Regimento Interno da Constituinte que restabeleceu a necessidade de licença prévia prevista na Constituição de 1946. A questão de ordem foi levantada ontem pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence.

PMDB defende prerrogativas para a Câmara

BRASÍLIA — A Liderança do PMDB na Câmara está trabalhando na definição de uma proposta que apresentará ao Relator Bernardo Cabral, para fortalecer as prerrogativas da Câmara dos Deputados e aprimorar a correlação de poder no Congresso. As emendas nesse sentido, que ora tramitam desordenadamente na Constituinte, serão agora objeto de triagem e organicidade por parte de uma comissão criada para isso.

O Líder Luiz Henrique explicou que, além dos objetivos fundamentais contidos na proposta dos deputados do PMDB, pretende-se acelerar o processo legislativo. Numa reunião com os vice-líderes e coordenadores de bancadas, ontem, começou a ser esboçado um projeto sobre a questão, dentro da perspectiva de que se caminha para o parlamentarismo.

A bancada do PMDB na Câmara pretende redefinir as atribuições da Câmara de modo a adquirir uma equiparação com o Senado, que atualmente tem atribuições exclusivas, como a de aprovar os embaixadores indicados pelo Presidente da República. Como compensação, a Câmara quer o direito de aprovar o Presidente do Banco Central.

Outras propostas apresentadas visam a fortalecer as comissões permanentes da Câmara, hoje sem poder decisório, de modo a que possam deliberar sobre a maior parte dos projetos da legislação ordinária, desafogando o plenário da Câmara, para onde iriam apenas propostas de emendas constitucionais, proposições polêmicas ou de maior relevância.

Foto de Juan Carlos Gómez



Israel (terceiro da esquerda para a direita) preside os trabalhos

Israel assume direção de grupo pedindo uma nova política de preços para aço

BRASÍLIA — O Grupo Parlamentar Siderúrgico (GPS), formado por 66 Deputados e quatro Senadores, realizou ontem a abertura oficial de suas atividades para esta legislatura, com um objetivo imediato: tentar obter do Governo uma nova política de preços para o aço.

O Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), novo Presidente do GPS, afirmou que o Governo mantém os preços do aço oficialmente baixos, subsidiando os setores da indústria que transformam o produto em manufaturados. Segundo o Senador Ronan Tito (PMDB-MG), Minas Gerais, principal Estado produtor, chega a perder CZ\$ seis bilhões por ano em ICM com essa política de preços.

A ação do GPS, de acordo com Israel, será principalmente no trabalho de intermediação entre a indústria siderúrgica, o Legislativo e o Executivo, debatendo e promovendo as teses de interesse do setor. Ele disse que o grupo não tem uma proposta específica na Constituinte, mas assumirá algumas posições. Uma

delas é contra o limite de 40 horas semanais de trabalho, que obrigaria as siderúrgicas a criar mais um turno para poder manter os altos fornos sempre em funcionamento.

Ao despedir-se da Presidência do GPS, o Deputado Pratinde Moraes (PDS-RS) defendeu a adoção de política especial de crédito para o setor, com "juros compatíveis com a capacidade de geração de caixa e financiamentos a longo prazo".

Compareceram à solenidade de instalação da nova Direção do GPS o Presidente da Siderbrás, Manoel Moacélio de Aguiar Mendes, o Secretário Executivo do Consider, William da Rocha Cantal, o Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, André Musetti, e o Presidente da Associação das Indústrias Siderúrgicas, Jorge Gerdau, entre outros.

O Senador Virgílio Távora (PDS-CE) foi escolhido Vice-Presidente do GPS e o Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) assumiu a Secretaria-Geral.

Maioria 'moderada' não consegue ampliar bloco

BRASÍLIA — O setor "moderado" da Constituinte está encontrando muitas dificuldades para formar um bloco de maioria para atuação em plenário. Um dos principais obstáculos é a falta de unidade ideológica do "Centro Democrático" do PMDB, segmento político fundamental para a formação do que já estava sendo chamado de "o bloco". Este grupo consegue reunir cerca de 120 votos favoráveis ao mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, por exemplo, mas não consegue identidade quando se trata de apoiar as propostas do setor conservador da Constituinte.

No início da semana, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das principais articuladoras do "bloco", garantia que o grupo já havia conseguido as 280 assinaturas que subscreveriam o manifesto de intenções dos "moderados". Mas outro articulador do grupo, o Deputado

Affé Domingos (PL-SP), não estava tão otimista assim e afirmava que tudo iria depender da posição do "Centro Democrático" do PMDB. Até agora, nenhum dos articuladores do "bloco" apresentou listas de adesões e as diversas iniciativas de lançamento de manifesto foram adiadas sem qualquer previsão de data.

O Deputado Fernando Coelho (PMDB-PE), do "Centro Democrático", disse que, como ele, existem muitos que não desejam identificar-se com os conservadores da Constituinte.

Sem todos os votos do "Centro Democrático", cerca de 120, o bloco "moderado" não tem muitas chances de obter a maioria desejada. Há defecções no PFL, no grupo dos "modernos" do partido, que retiram pelo menos 30 votos do "bloco". Restam os constituintes do PDS, PTB, PL, PDC e PMB, cujas representações são inexpressivas.